

3. Elaboração do orçamento
4. Execução do orçamento, compreendendo :
 - Registo e distribuição
 - Aplicação
 - Contrôle.

— Reflexo da organização do sistema de material no estudo e elaboração orçamentária

— Os benefícios financeiros

— A verdade orçamentária como resultante da perfeita coordenação do sistema

Parte específica

Depósitos

Organização

Funcionamento

Guarda

Conservação

Distribuição

Registro de escrituração

Balanço

Fundo de movimento

Provisão de consumo ; pautas de consumo e

Precauções contra acidentês

Deteriorações

Incêndios

Envelhecimento

Desvios, etc.

Desperdício

Suas causas e como evitá-las.

Recuperação

O que deve ser recuperado ;

Apreciação financeira dos resultados ;

Material excedente e sua redistribuição ;

Capital de movimento.

Este é o programa que espero poder desenvolver, graças à boa vontade, à inteligência e à compreensão que tenho encontrado na Terra Guarani, a par da acolhida que me foi dispensada e que agradeço sinceramente.

Muito obrigado".

Exposição de Edifícios Públicos

Terá lugar durante a primeira quinzena do mês de agosto corrente, a Exposição de Edifícios Públicos Federais, patrocinada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, a qual promete obter o mesmo sucesso que as exposições lançadas anteriormente pelo referido órgão da Administração.

Em uma época de intensa atividade construtiva do país, em que se fomentam os meios de transporte, criam-se novas indústrias e a produção, em seus múltiplos aspectos, intensifica-se por todo o território nacional, nada mais lógico que o Governo procurasse acompanhar e incentivar o surto geral, com um vasto programa de obras assistenciais, quer de caráter social, em que avultam as iniciativas ligadas à saúde e à educação, quer de natureza econômica, entre as quais se destacam as destinadas a orientar a racionalização da produção, como sejam as de pesquisa e experimentação agrícola, e as diversas formas de colaboração efetiva com as atividades produtivas privadas.

Tal programa, entretanto, desenvolve-se com a procura de zonas adequadas aos fins que se tem em vista, o que não raro determina a localização das obras em pontos afastados dos centros populosos, circunstância que, em face das dificuldades de comunicações do país, origina um quase geral desconhecimento da ação governamental neste particular.

Assim, a grande maioria da população do país ignora que, de 1932 para cá, e mais intensamente a partir de 1937, foram atacados importantes setores assistenciais, com a execução de obras de construção e de reforma, relativas aos seguintes edifícios :

- 25 preventórios para filhos de lázaros (auxílios à F.S.A.L.D.C.L.)
- 4 preventórios para crianças débeis
- 18 centros de saúde
- 3 maternidades
- 31 leprosários
- 13 sanatórios para tuberculosos
- 5 hospitais psiquiátricos
- 2 hospitais de clínicas
- 2 hospitais diversos
- 5 institutos de saúde especializados
- 1 escola secundária tipo
- 11 escolas superiores
- 17 escolas profissionais
- 10 aprendizados agrícolas
- 1 biblioteca
- 2 instituições educativas
- 5 estabelecimentos penais
- 2 patronatos agrícolas
- 18 fazendas e postos experimentais de criação
- 5 postos agrícolas diversos
- 19 centros de experimentação agrícola
- 1 instituição de fomento e defesa agrícola
- 6 entrepostos
- 8 colônias e núcleos agrícolas
- 2 exposições agropecuárias
- 2 hortos florestais
- 3 parques nacionais
- 2 frigoríficos
- 1 estação de expurgo
- 2 fábricas
- 3 estabelecimentos industriais diversos

Entre 1932 e 1943, apenas no setor saúde foram aplicados mais de cento e cinquenta milhões de cruzeiros, e no setor educação perto de cento e vinte milhões de cruzeiros. Por outro lado, a partir de 1937, os setores entregues ao Ministério da Justiça, onde no interesse social predominam os estabelecimentos penais e os de assistência a menores, tiveram despesas montando a quase cento e trinta e cinco milhões de cruzeiros.

E' fora de dúvida, pois, que o Governo se empenha com afinco em resolver problemas sociais e econômicos fundamentais, sem que disso tenha ciência, em geral, a grande massa do povo.

Dessa forma, quando se comenta o assunto edifícios públicos, vêm logo à baila as sedes dos Ministérios do Trabalho, Fazenda e Educação, a que alguns acrescentam o grupo de prédios da praça Mauá e avenida Rodrigues Alves. Do resto, uma ou outra citação, de alguém que por dever profissional, diletantismo ou acaso, teve contacto com uma iniciativa do Governo nesse sentido.

Por isso, o mais das vezes, as referências feitas à atuação federal no âmbito das edificações públicas, traduz-se por uma crítica tendente a acusar os órgãos públicos de procurarem apenas o conforto respectivo, deixando de parte obras sobremodo mais úteis e urgentes.

Aliás, mesmo que as construções se limitassem ao campo referido, a acusação acima se ressentiria de base, porquanto o aparelhamento material dos órgãos administrativos, sobre ser fator essencial do rendimento e produção correspondentes, favorece o próprio público, além de representar, com freqüência, uma economia nos gastos em aluguéis.

Dessa forma, foi agindo dentro de diretrizes acertadas que ultimamente se executaram obras de construção ou de reforma, referentes a :

- 3 edifícios-sedes de Ministérios
- 7 alfândegas
- 2 mesas de rendas
- 6 delegacias fiscais
- 2 agências fiscais
- 4 edifícios-sedes dos correios e telégrafos
- 11 agências postais telegráficas
- 5 prédios para serviços rádio-telegráficos
- 1 edifício para órgãos policiais

Tôdas as iniciativas citadas corresponderam a uma abertura de créditos orçamentários e adicionais, que, para os ministérios civis, importaram nos últimos anos em uma média vizinha de cem milhões de cruzeiros. No atual exercício, porém, com a criação do "Plano de Obras e Equipamentos", o crédito anual atingiu perto de cento e oitenta e cinco milhões de cruzeiros, sem contar as possíveis aplicações em edifícios, das disponibilidades orçamentárias previstas.

Com um tal incremento de atividades construtivas, era evidente que não podia perdurar a desordem existente há alguns anos atrás.

Assim, os esboços de edifícios que muitas vezes nem ante-projetos podiam ser considerados, a inexistência de especificações, os orçamentos empiricamente calculados e,

o mais das vezes, meras adaptações a verbas disponíveis, a ausência quase total de fiscalização e a falta absoluta de planejamento, eram infelizmente os característicos vigorantes, que forçosamente deviam ser corrigidos.

Todavia, tratava-se de tarefa árdua, cuja execução, sob pena de acarretar males maiores que os defeitos a obviar, teria de ser feita progressivamente, conjugando um controle de rigor crescente, com a necessária doação de meios de agir aos órgãos executivos.

Para isso, o primeiro passo foi constituído pela expedição do Decreto-lei n.º 1.720, de 30 de outubro de 1939, o qual atribuiu ao Departamento Administrativo do Serviço Público competência para rever projetos, orçamentos e contratos, estabelecer normas e padrões de construção, supervisionar a fiscalização, na fase de realização das obras, e propor as medidas que julgasse convenientes à eficiência da nova orientação administrativa.

A seguir, a circular DM-203, de 24 de dezembro de 1940, regulou a apresentação de projetos, especificações e orçamentos e a elaboração de relatórios de fiscalização.

Mais tarde, a 9 de setembro de 1943, o acôrdo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas veio permitir o início de estudos para a adoção de normas e padrões indispensáveis à execução dos edifícios nas melhores condições técnicas e econômicas.

De todos os atos mencionados decorreram atribuições de complexidade e responsabilidade cada vez maiores para o órgão encarregado, dentro do Departamento Administrativo do Serviço Público, do cumprimento das atividades em apreço. Daí, a necessidade de sua independência da Divisão do Material, onde fôra criado, e sua transformação em Serviço de Obras autônomo, que, finalmente, no comêço do ano em curso, foi elevado a Divisão de Edifícios Públicos.

Tôdas as providências efetivadas de então para cá, tendentes a uma racionalização, normalização e planificação das atividades federais, relativas a edifícios públicos, têm-se processado, entretanto, com o desconhecimento quase integral do país.

O esforço despendido, as normas e padrões adotados, os processos seguidos, as obras realizadas e os resultados obtidos, geralmente são ignorados do grande público.

Fica pois salientada a relevância e a oportunidade da Exposição de Edifícios Públicos, que permitirá a divulgação da obra governamental aludida, facultando as apreciações gerais acêrca do valor da mesma.

As sínteses e mapas elucidativos, os gráficos, organogramas e fluxogramas, bem como as "maquetes", fotografias e outros elementos esclarecedores, tornarão compreensível ao grande público como têm sido aplicadas, no setor em questão, as receitas federais para as quais contribuiu.

E' pois a Exposição referida iniciativa de grande merecimento, que ainda terá a vantagem de antecipar as tendências atuais do Governo, com relação aos edifícios públicos.

De fato, os três decretos-leis sobre planejamento e auto-organização, sobre fiscalização e sobre a constituição do sis-

